



Nota de Abertura

Lisboa é uma das cidades finalistas da edição deste ano do Prémio Capital Europeia da Inovação. O Comissário Carlos Moedas, Comissário Europeu da Investigação, Ciência e Inovação, divulgou as cidades finalistas: Aarhus, Antuérpia, Atenas, Bristol, Gotemburgo, Hamburgo, Leuven, Lisboa, Madrid, Toulouse, Umeå e Viena.

As cidades finalistas devem apresentar as suas estratégias de inovação na sessão «iCapital Stories» durante a semana europeia das regiões e cidades, que decorrerá em Bruxelas, a 10 de outubro, pf. A 6 de novembro, pf, será anunciada a cidade vencedora, durante a Web Summit, em Lisboa.

O primeiro prémio tem um valor de 1 milhão de euros, recebendo as cinco finalistas 100 mil euros cada. O prémio distingue também cidades reconhecidas pelo seu esforço para promover a inovação. Este prémio destina-se a reconhecer a cidade europeia que melhor demonstre a sua capacidade de utilizar a inovação para melhorar a vida dos seus cidadãos, que contribua para ecossistemas de investigação dinâmicos e abertos, que envolva os cidadãos no processo de governação e tomada de decisões e utilize a inovação para melhorar a sua resistência e sustentabilidade.

As candidaturas são avaliadas na forma como executam as suas soluções inovadoras para responder aos desafios da sociedade. Estas soluções podem estar concluídas ou em curso e têm de ser implementadas no ano anterior à abertura do concurso ou no próprio ano.

PROF. DOUTOR ALFREDO BORBA
**COORDENADOR DO
CENTRO DE INFORMAÇÃO
EUROPE DIRECT DOS AÇORES**

Apoios para combater seca na agricultura

Por forma a dar resposta à situação de seca em curso e prolongada em vários países da UE, a Comissão Europeia anunciou duas medidas para ajudar os agricultores a lidar com a seca, para além do apoio previsto na atual legislação relativa à política agrícola comum (PAC), nomeadamente: os agricultores poderão receber até 70% dos pagamentos diretos e 85% dos pagamentos ao abrigo do desenvolvimento rural já a partir de meados de outubro de 2018, em vez de aguardarem até dezembro, para melhorar a sua situação de tesouraria; derrogações de determinados requisitos em matéria de ecologização, ou seja, a diversificação das culturas e as regras relativas às superfícies de interes-



se ecológico nas terras em pousio, para permitir que essas terras sejam utilizadas para a produção de alimentos para animais. Está igualmente prevista a adoção de outras derrogações à ecologização para permitir que os agricultores tenham mais flexibilidade para a produção

de forragens. Estas medidas serão particularmente benéficas para os criadores de gado.

Para além destas medidas, e da monitorização através satélites, a Comissão está em contacto com todos os Estados-Membros para receber informação atualizada.

Mais medidas de proteção do meio marinho

A Comissão Europeia publicou um relatório sobre a aplicação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha da União Europeia, que avalia as medidas adotadas pelos Estados-Membros para alcançar um «bom estado ambiental» até 2020, que revela que estes têm feito esforços

consideráveis para fazer face às pressões sobre o meio marinho, mas que, apesar disso, as medidas não são ainda suficientes para alcançar mares de qualidade, saudáveis e produtivos até 2020.

Nos termos da diretiva, os Estados-Membros da UE devem defi-

nir estratégias a seis anos através das quais avaliem as suas águas. Este conceito é definido por medidas destinadas a preservar a biodiversidade e a combater pressões como a sobrepesca, danos dos fundos marinhos, lixo marinho e contaminantes.

BOLAS DE BRUXELAS

Mito #3: Os trabalhadores da UE roubam os postos aos trabalhadores nacionais

A livre circulação de trabalhadores colmata as lacunas de competências e proporciona uma valiosa contribuição para a economia europeia. Graças à livre circulação dos trabalhadores, qualquer pessoa, a partir de qualquer país da UE, poderá viajar e viver noutro Estado-Membro.

A liberdade de circulação é uma oportunidade para todos, em função da sua situação pessoal e de competências e planos de carreira e não apenas para os países da UE menos favorecidos.

Em 2015, de uma população de mais de 500 milhões, pouco menos de 11,3 milhões (3,7%) de cidadãos da UE-28 em idade ativa (20-64) residiam noutro Estado-Membro que não o seu

país de origem.

Quanto a cidadãos da UE a residir noutro Estado-Membro, os cidadãos polacos estão entre as cinco principais nacionalidades de estrangeiros em 10 Estados-Membros. Os alemães ficam em 9.º lugar e os italianos e os romenos em 8.º lugar.

Existem 1,3 milhões de trabalhadores transfronteiriços na UE, representando 0,6% do emprego total da União.

A lista dos países com as maiores quotas de trabalhadores da UE-28, em 2015, relativamente à população são o Luxemburgo (43%), Chipre (15%), a Irlanda (10%) e a Bélgica (9%).

Em cooperação com os Estados-Membros, a UE gere a plataforma EURES, que fornece informações, serviços de aconselhamento e correspondência entre oferta e procura de emprego.

